

## TCU anula licitação do Parque de Chapada

O Tribunal de Contas da União (TCU) determinou o cancelamento da concessão do Parque Nacional de Chapada dos Guimarães e deu 15 dias para a publicação de um novo edital. A decisão foi tomada de forma unânime na tarde desta quarta-feira, 5 de julho. A decisão é favorável para o Estado, que buscava ser readmitido na licitação anterior e agora poderá disputar o novo leilão. Na representação, o Estado questionou irregularidades no processo de concessão feito pelo ICMbio, que desclassificou a MT Par da concorrência para gerenciar o parque nacional

PÁG. 4

## Caso de Edna pode ficar para agosto

A conclusão do processo ético contra a vereadora Edna Sampaio (PT) deve ficar para depois do fim do recesso parlamentar, em agosto. A informação é do presidente da Câmara de Cuiabá, vereador Chico 2000 (PL). Em entrevista à imprensa, Chico comentou que o recesso começará no dia 17 de julho e terminará no dia 31 do mesmo mês. O presidente explicou que a vereadora ainda tem prazo de quatro sessões ordinárias para que seus advogados apresentem a defesa por escrito

PÁG. 5



Secom-MT



Gilberto Leite

## Mortes por covid disparam em julho

Mato Grosso registrou 11 mortes por covid-19 em junho e no início de julho juntos, os dados são do Painel Epidemiológico da Secretaria de estado de Saúde (SES). Apesar de a primeira semana de julho ainda sequer ter acabado, o mês já apresentou quase a metade dos casos de junho. As vítimas tinham idades entre 51 anos e 94 anos. Até o momento o painel aponta 15.407 óbitos em todo o estado e 890.332 casos de contágio registrados

PÁG. 6

## Mauro articula para estadualizar parque

O governador Mauro Mendes (União) avalia que a decisão do Tribunal de Contas da União (TCU) que anulou o processo de concessão do Parque Nacional de Chapada dos Guimarães à iniciativa privada dá um 'novo gás' para a pretensão de estadualizar o atrativo. Desde o ano passado,

quando ocorreu o processo, Mauro tem feito uma peregrinação em Brasília, na tentativa de anular o resultado do leilão. Agora, ele sinalizou que tentará uma articulação em Brasília para conseguir a estadualização do parque, sem precisar de nova licitação

PÁG. 5

Gilberto Leite

## Câmara estuda criar mais duas vagas

O presidente da Câmara de Cuiabá, Chico 2000 (PL), vai consultar seus colegas para elaborar um projeto de resolução que aumenta de 25 para 27 o número de

vereadores na capital. A discussão do tema começou após a divulgação do resultado do Censo 2022, realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), que

mostrou que a capital de Mato Grosso tem mais de 650 mil habitantes. De acordo com a Constituição Federal, a composição das Câmaras Municipais deve observar o tamanho

da população das cidades. Em municípios que têm mais de 600 mil habitantes, o número de parlamentares no Legislativo pode chegar a 27

PÁG. 3

## "Reforma tributária vai facilitar muito a vida", diz economista



Pexels

A reforma tributária aprovada pela Câmara dos Deputados abre caminho para uma redução de impostos e até de preços dos produtos no longo prazo. A avaliação foi feita pelo economista Vivaldo Lopes, da VLopes Consultoria Econômica. Vivaldo explica que a reforma irá simplificar o sistema de impostos do Brasil, que hoje se tornou uma espécie de 'manicômio tributário', com várias alíquotas diferentes, além de uma infinidade de regras e exceções. A proposta é aguardada há mais de três décadas e busca unificar os tributos que incidem sobre o consumo em apenas dois impostos sobre o valor agregado (IVAs)

PÁG. 3



## Cuiabá tem 75% da frota climatizada

Com ar-condicionado, Wi-Fi, elevadores, adaptações com elevadores para Pessoas com Deficiência - PCDs, e lugar para cão-guia e câmeras de segurança, os 42 novos ônibus que irão compor o transporte coletivo da capital foram entregues nesta segunda-feira, 3 de julho, pelo prefeito Emanuel

Pinheiro (MDB). A cerimônia ocorreu na Praça Ulysses Guimarães, na Avenida do CPA, em frente ao Shopping Pantanal. Com esses novos ônibus, Cuiabá atinge a marca de 201 veículos o km, sendo 192 ônibus e nove vans do Projeto Buscar, além de 75% da frota com ar-condicionado

PÁG. 6

## EDITORIAL

## O vírus do negacionismo

O negacionismo no Brasil tomou proporções dantescas durante a pandemia de covid-19. Primeiro, se manifestou por meio da minimização da doença e no boicote às medidas preventivas, sob uma alegada hipótese de cerceamento da liberdade, o que acabou resultando em uma das maiores catástrofes humanitárias da história brasileira. Porém, a contestação da ciência ficou ainda mais perniciosa com a politização da vacinação, nossa única arma efetiva contra uma série de doenças graves.

Por sorte, os negacionistas são minoria da população. Entretanto, são uma minoria que incomoda e que põe em risco a vida e a saúde daqueles que querem se cuidar. A forma mais perversa do negacionismo se manifesta na resistência em vacinar crianças e adolescentes. Coloca em risco a vida e o futuro de milhares de crianças, que não estão recebendo as vacinas básicas da caderneta nacional, como a gotinha que protege contra a poliomielite.

Iniciada em 17 de agosto, a campanha contra a polio-

mielite em Mato Grosso mal alcançou metade do público alvo em todas as idades. De acordo com os dados da plataforma LocalizaSus, do Ministério da Saúde, a cobertura vacinal do estado atingiu apenas metade das crianças. Para isso, as prefeituras realizaram até três 'Dias D' de vacinação e apelaram para toda sorte de mecanismos que pudessem ajudar a alcançar o objetivo.

A campanha de vacinação contra o sarampo segue em ritmo igualmente difícil. O negacionismo nos fez chegar ao ponto de perder o certificado de eliminação do sarampo, que havia sido concedido pela Organização Mundial da Saúde

(OMS). No começo do mês, o governo federal lançou um novo esforço para erradicar o sarampo do Brasil, mais uma vez, mas tem colhido poucos resultados nessa batalha.

O vírus negacionista tem se mostrado mais perigoso do que as doenças que são combatidas pela vacina, a tal ponto que entidades internacionais têm emitido alertas sobre o risco de retorno de doenças que já eram consideradas erradicadas. Tudo pela falta de vacinação.

A vacinação de crianças tem caminhado a passos de formiga devido à epidemia de informações falsas que são divulgadas 'à torta e à direita' na internet. A descrença foi



semeada até pelo próprio ministro da Saúde, que pretendia impor a exigência de pedido médico para vacinação das crianças, como se o imunizante fosse um risco maior do que a doença.

Mais do que bom senso, rejeitar o negacionismo e as notícias falsas é uma atitude de respeito à vida, tanto a própria quanto a do próximo.

## REINF

Lucas Ribeiro (\*)

Ah, o REINF! Mais uma das maravilhosas obrigações tributárias que alegam a vida dos empresários e contadores no Brasil. Hoje, vamos explorar esse enigma chamado Escrituração Fiscal Digital de Retenções e Outras Informações Fiscais (EFD-REINF), e, claro, não poderemos deixar de lado alguns comentários irriverentes sobre essa confusão tributária. Preparado? Vamos lá!

Mas afinal, o que é o REINF?

O REINF é um verdadeiro show de horrores, digo, um módulo do SPED (Sistema Público de Escrituração Digital) que concentra informações sobre retenções de tributos federais, pagamentos diversos, informações trabalhistas e serviços tomados. Importante dizer que o REINF precisa ser entregue mensalmente, em substituição a DIRF (Declaração do Imposto sobre a Renda Retido na Fonte), que era anual.

Tudo isso é uma boa mistura de circo, labirinto e montanha-russa para os contadores e empresários de plantão. Afinal, convenhamos que o SPED (avô do REINF), é importante, mas é uma patifaria o que se exige de trabalho do contribuinte para depois ser extorquido pelo sistema.

Agora, nessa aventura chamada REINF, é necessário tomar cuidado para não se perder no emaranhado de informações. Afinal, são

"apenas" 146 páginas só de documentação de Layouts e eventos do EFD-Reinf. Portanto, tenha sempre um estoque de café e energéticos para lidar com as noites em claro, tentando entender as regras e exceções.

Vamos falar da obrigação? A legislação do REINF é como uma trama de novela mexicana, cheia de reviravoltas e personagens excêntricos. A Instrução Normativa RFB n.º 2.043/2021 é o roteiro dessa novela, que define os eventos a serem informados, os prazos, as penalidades e outras regras absurdas. Portanto, prepare-se para esse show de normas e burocracias.

E o que nos interessa nesse momento é entender que a sua empresa certamente precisa pagar todos os dias fornecedores que estão obrigados a destacar retenções de tributos federais, como IRRF, PIS, COFINS e CSLL.

Na prática, você paga o fornecedor um valor líquido desses tributos e o valor de cada tributo você precisa gerar as guias e, claro, pagá-las (baita ônus operacional). Para a Receita Federal poder controlar isso com precisão, ela exige que você a informe os detalhes dessas operações, de cada nota fiscal de serviço tomado, o valor retido em cada um dos tributos, com uma pequena riqueza de detalhes e uma boa dose de cascas de bananas para você escorregar e receber as multas e penalidades depois.

Portanto, se você não tem baixas automáticas de notas fiscais de serviços tomados ou muitas delas acabam se perdendo em caixas de e-mails ou gavetas, cuidado! Sua empresa está em risco com o REINF!

Quando começa?

Os prazos do REINF são como malabarismos de circo. Cada grupo de contribuintes teve seu próprio prazo, é quase como um número de mágica, sabe? Mas ao invés de fazer um coelho sair da cartola, você precisa apresentar informações tributárias. E a nova palhaçada começa a valer a partir das 8 (oito) horas de 21 de setembro de 2023, em relação aos fatos geradores ocorridos a partir de 1º de setembro de 2023. É importante estar preparado para não levar uma rasteira e acabar pagando multas!

Multas e penalidades, temos?

Ah, as multas e penalidades... Como não odiar? Descumprir as obrigações do REINF pode resultar em multas que parecem ter saído de um filme de terror. A legislação estabelece valores exorbitantes, como se todas as empresas estivessem nadando em dinheiro. Não é mesmo um circo de horrores?

Segundo o Art. 7º da IN, "o sujeito passivo que deixar de apresentar a EFD-Reinf no prazo fixado ou que a apresentar com incorreções ou omissões será intimado a apresentar a escrituração original, no caso de não apresentação, ou a prestar esclarecimentos, nos demais casos,

no prazo estipulado pela Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil, e ficará sujeito às seguintes multas:

I — de 2% (dois por cento) ao mês calendário ou fração, incidentes sobre o montante dos tributos informados na EFD-Reinf, ainda que integralmente pagos, no caso de falta de entrega da escrituração ou de entrega após o prazo, limitada a 20% (vinte por cento), observado o disposto no § 2º;

II — de R\$ 20,00 (vinte reais) para cada grupo de 10 (dez) informações incorretas ou omitidas."

Será que é pouco?

A multa mínima a ser aplicada será de R\$ 500 se o sujeito passivo deixar de apresentar a escrituração no prazo fixado ou apresentá-la com incorreções ou omissões.

Para sobreviver a essa aventura tributária, só usando muita tecnologia e inteligência artificial. Afinal, ninguém merece enfrentar um monstro de planilhas e cálculos sem fim, além dos famosos caçadores de NOTAS FISCAIS, quando não se tem baixa automática.

E, por favor, esteja preparado para enfrentar esse desafio.

LUCAS RIBEIRO é fundador e CEO da ROIT



## O sonho do campus da UFMT

Caiubi Kuhn (\*)

No ano de 2012, a Universidade Federal de Mato Grosso deu início ao processo de criação do Campus Universitário de Várzea Grande (CUVG). Em 2014, os primeiros alunos da Faculdade de Engenharia (FAENG) ingressaram nos cinco cursos de graduação existentes na unidade, que passou a funcionar provisoriamente no Campus de Cuiabá. No entanto, nove anos depois, as obras ainda estão inacabadas e o campus de Várzea Grande ainda não se tornou realidade. Por outro lado, a UFMT e a prefeitura de Lucas do Rio Verde dialogam sobre a construção de um campus no município. Neste texto, será discutida a expansão da universidade e a responsabilidade de parlamentares e gestores na alocação de recursos.

Os cursos da Faculdade de Engenharia já formaram, no espaço provisório em Cuiabá, profissionais da Engenharia de Computação, Engenharia de Controle e Automação, Enge-

nharia de Transportes, Engenharia de Minas e Engenharia Química. Esses cursos oferecem, juntos, 315 vagas anuais por meio do Sistema de Seleção Unificada (SISU). Em 2022, foi criado o curso de graduação em Ciência e Tecnologia Interdisciplinar, na modalidade de Educação a Distância, com duração de três anos. Serão ofertadas, ao todo, 1000 vagas anuais, que serão distribuídas nos polos de Água Boa, Cuiabá, Guarantã do Norte, Lucas do Rio Verde, Pontal do Araguaia, Pontes e Lacerda, Primavera do Leste, Sorriso, Tangará da Serra, Vila Rica e Rondonópolis.

Além disso, foram criadas duas especializações na FAENG: Engenharia Ferroviária e Bioenergia.

O novo campus na cidade industrial pode contribuir muito para o desenvolvimento do estado, especialmente para enfrentar o desafio da verticalização da cadeia produtiva e a industrialização do estado. A proximidade com o parque científico-tecnológico e o perfil dos cursos criados podem contribuir para criar

um ambiente de inovação e desenvolvimento tecnológico.

Mas então, o que falta para isso se tornar realidade? A maior parte das obras do campus de Várzea Grande está em estado avançado ou já foi concluída. No entanto, ainda faltam recursos para a estrutura urbana do campus, conclusão de algumas obras e a compra de equipamentos para os laboratórios dos cursos de engenharia. Em outras palavras, é necessário obter recursos.

Sou favorável à ampliação da universidade e à sua interiorização, e Lucas do Rio Verde pode ser um ótimo local para a construção de um novo campus. No entanto, se o orçamento é limitado e os recursos públicos também, pensando na sua boa aplicação, é necessário primeiro concluir o campus em andamento antes de iniciar um novo. Não podemos permitir que o estado se torne um cemitério de obras inacabadas. Em 2024, o campus de Várzea Grande completará 10 anos de funcionamento. Faremos isso ainda em espaço provisório? Espero que não.

É preciso cobrar do Ministério da Educação (MEC) a destinação dos recursos para a conclusão das obras e a compra de equipamentos para a unidade. Ou então, que a bancada federal destine, por meio de emendas parlamentares dos senadores e deputados, os recursos necessários para a conclusão. A conclusão do campus representa a valorização da educação e a boa aplicação dos recursos públicos, além de ser uma necessidade da comunidade acadêmica. Visa fortalecer o papel da universidade em fornecer um ensino público, gratuito e de qualidade, que atenda às demandas da sociedade e contribua para o desenvolvimento social, humano e econômico do estado de Mato Grosso.

CAIUBI KUHN, Professor na Faculdade de Engenharia (UFMT), geólogo, especialista em Gestão Pública (UFMT), mestre em Geociências (UFMT).



## Pescador precisa de dinheiro

Luís Cláudio (\*)

O polêmico projeto de lei denominado transporte zero da pesca, aprovado em Mato Grosso aconteceu de forma muito rápida pela Assembleia Legislativa de Mato Grosso e será sancionado às pressas pelo governo do Estado, nos próximos dias, uma vez que, o projeto é de autoria do próprio governo. Esperamos que a proposta assegure realmente, a justificativa de preservação das espécies de peixes nos rios de Mato Grosso.

As poucas audiências públicas e reuniões da bancada de oposição, não foram suficientes para juntar argumentos, de que o projeto deveria ser melhor esclarecido com os pescadores e a população ribeirinha, que se sustentam da pesca e das atividades relativas ao pescado.

Especificamente falando da baixada cuiabana, o projeto deixou todos os pescadores desin-

formados até o momento sobre o futuro deles, a partir deste mês (julho até dezembro deste ano), mesmo a referida lei sendo efetivada e aplicada no início do ano de 2024. Muitos entendem que já não podem mais pescar.

Nas andanças pelas cidades de Santo de Leverger, Barão de Melgaço, Acorizal, Jangada e Rosário Oeste, nascente do Rio Cuiabá, os pescadores se mostram atordoados e muitos deles, com certa depressão por acharem que a pesca já está proibida. Muitos não estão indo ao Rio buscar seu alimento que aprenderam com seus antepassados.

A lei não prevê garantias aos pescadores e proibiu a pesca profissional, feita por pescadores cadastrados e licenciados em órgãos competentes. Não se fez cadastro dos pescadores profissionais para saber realmente quem vive da pesca. A lei veta o transporte, armazenamento e comercialização de pescado nos rios de Mato Grosso pelos próximos cinco anos. A intenção

é fomentar o turismo e aumentar o estoque pesqueiro nos rios do Estado.

A lei permite a pesca de subsistência na modalidade pesque e solte, fora do período da piracema, em que serão proibidas todas as modalidades.

Entre as justificativas apontadas pelo governo estadual está a medida de preservar o estoque pesqueiro, só isso.

O Estado tem pecado gravemente por não efetivar políticas públicas de recuperação das matas ciliares para preservar os Rios, no que se refere a permissão de empresas com dragas, que assoreiam o curso das águas, numa forma descontrolada. Não deu continuidade a uma antiga bandeira da classe política de Mato Grosso, que lá atrás, se preocupava com a escassez dos peixes e repovoar os rios com a distribuição de alevinos de espécies, que se mantiveram até hoje alimentando centenas de famílias ribeirinhas. O Estado autoriza dragas nos Rios e quer punir o pescador com um longo período de defeso.

Temos que incentivar políticas públicas de preservação ao Rio e aos peixes sem acabar com a categoria de pescadores, não acabar com uma profissão que se confunde com a cultura regional de Mato Grosso.

O controle da pesca é uma tendência mundial para preservação de peixes de água doce e já é realidade em diversos estados brasileiros. Outros modelos de proibição da pesca em rios também estão em prática em países, como Argentina, Chile e Estados Unidos, além de países na Europa.

Tem muita desinformação circulando e cabe ao governo ampliar o esclarecimento das normas da lei. Preservar as espécies é importante. Sem água não tem peixe e sem peixe, não tem alimento para os pescadores e suas gerações.

Entretanto, os pescadores necessitam de apoio para a geração de renda nesse longo período de defeso, apesar de a lei garantir o pagamento de salários e benefícios, como cestas básicas, entre outros. Mas o ser humano? Vai ficar na beira do Rio olhando a água descer e na Piracema, os peixes subirem para a desova? Gastando o salário com churrasco,

galinhada, bebedeira, sem perspectiva de melhorar a renda com a venda do pescado fresco para restaurantes da cidade e para aqueles que buscam as regiões ribeirinhas, para comer um peixe cozido ou frito?

Mato Grosso terá ribeirinhos às margens dos seus rios, proibidos de pescar. Dentro da lei, o governo deveria assegurar outras atividades na beira dos rios, como atividade profissional e atrativo ao turismo, como passeios de contemplação aos pontos históricos do Rio Cuiabá, por exemplo, promovendo o conhecimento da vida e cultura da população ribeirinha, passeios às baías no Pantanal, com estrutura e segurança para os turistas com o apoio do governo e da Marinha Brasileira, incentivo à criação do pescado de tanques entre outros.

Sem essas possibilidades, os pescadores já não dormem recolhidos diante do que pode acontecer nos próximos cinco anos recebendo apenas um salário mínimo para sustentar a família. Eles não podem viver somente de um teto para se proteger do sol e da chuva. Na vida atual, com o advento da Internet, não existe distância entre o sonho e a realidade, entre ricos e pobres. Todos têm acesso a tudo.

Todos os pescadores sabem do respeito e da responsabilidade pela preservação dos rios e das espécies, que muitos aprenderam com os avós e pais. A atual lei promove o aumento da pobreza nessas regiões e o isolamento da população desassistida pelo próprio poder público, que quase sempre não apresenta argumentos científicos para suas decisões destinadas à população menos favorecida. Se fala em objetivos escusos por trás da lei, mas não é a finalidade deste artigo, porém, decisões sociais devem atender as urgências da categoria de pescadores.

O pescador também precisa de dinheiro para comprar remédios, vestimentas e lazer para a família. Um salário mínimo não paga conta de ninguém em lugar nenhum..

LUÍS CLÁUDIO é vereador em Cuiabá



Jornal  
**IMPRESSO MT**

FUNDADO EM 2020  
CNPJ: 06.147.693/0001-26

ADMINISTRAÇÃO:  
DIRETOR GERAL:  
GEANDRÉ FRANK LATORRACA

EDITOR CHEFE:  
GABRIEL SOARES

EDITOR DE ARTE:  
AQUILES A. AMORIM

Os artigos de opinião assinados por colaboradores e/ou articulistas são de responsabilidade exclusiva de seus autores e não representam a opinião deste veículo.

Colabore com o debate público sobre nosso estado. Envie artigos e opiniões para:  
Email: [impressomt@gmail.com](mailto:impressomt@gmail.com) - Site: [www.oimpressomt.com.br](http://www.oimpressomt.com.br)

Rua Capitão Iporã, 101 - ANEXO A - Bairro: Pico do Amor - CEP: 78065090 - Cuiabá - MT  
Telefone: 65 99696-6688

**DE 25 PARA 27**

Com aumento da população no último censo, Câmara já debate possibilidade de ampliar vagas; votação deve ser realizada ainda este ano

# Cuiabá pode ter mais 2 vereadores

Gilberto Leite

**Da redação**

O presidente da Câmara de Cuiabá, Chico 2000 (PL), vai consultar seus colegas para elaborar um projeto de resolução que aumenta de 25 para 27 o número de vereadores na capital. A discussão do tema começou após a divulgação do resultado do Censo 2022, realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), que mostrou que a capital de Mato Grosso tem mais de 650 mil habitantes.

De acordo com a Constituição Federal,

a composição das Câmaras Municipais deve observar o tamanho da população das cidades. Em municípios que têm mais de 600 mil habitantes, o número de parlamentares no Legislativo pode chegar a 27.

Com a liberação para ampliar o número de cadeiras, Chico decidiu consultar seus colegas de Parlamento e verificar o espaço físico e financeiro do Legislativo, antes de elaborar um Projeto de Resolução que amplie o quadro de vereadores.

“Eu vou conversar com todos os vereadores. Se essa for vontade da maioria e após um estudo, em razão da criação de mais dois gabinetes, mais dois vereadores, de toda essa estrutura que será ampliada, havendo possibilidade orçamentária e se for vontade da maioria desta Casa, de mim não terá a menor objeção”, disse, durante entrevista à imprensa

na quinta-feira, 06 de julho.

A intenção é que as discussões sobre o tema tenham um resultado até dezembro deste ano, já que haverá eleições municipais no próximo ano. Para que a proposta seja aprovada, será necessário que mais da metade da atual composição, 13 vereadores, concordem com a ideia.

“Para ser aprovada precisa da maioria absoluta. Então, em razão disso é necessário que estejamos ouvindo, conhecendo a opinião de todos. Já fiz, sim, algumas conversas, conversas não oficiais e tenho observado uma adesão bastante positiva dos vereadores no sentido de se aumentar o número. Mas isso será decidido numa reunião de todos, uma ata elaborada documentando esse fato para que a gente possa preparar o projeto de lei e colocar no plenário”, explicou.



Chico afirma que há “adesão bastante positiva” dos vereadores para ampliar número de cadeiras na Câmara

**CRESCIMENTO** - De acordo com os dados divulgados pelo IBGE na última semana, o número de habitantes em

Cuiabá cresceu 18% nos últimos 12 anos. No último levantamento realizado em 2010, a capital tinha 551.098 morado-

res. Já os dados recentes mostram que quase 100 mil pessoas chegaram na cidade, elevando o número para 650.912.

## TROCA DE COMANDO

# Ex-prefeito vai comandar o PL em Mato Grosso

**Da redação**

O ex-prefeito de Rondonópolis, Ananias Filho, assumiu a presidência do PL em Mato Grosso nesta semana. O cargo era ocupado até então pelo senador Wellington Fagundes, que está licenciado por 121 dias para tratamento de saúde. A informação foi confirmada pelo presidente da Câmara de Cuiabá, vereador Chico 2000, que espera encontrar espaço dentro do

partido para fortalecer seu projeto de candidatura a prefeito da capital em 2024.

Chico considerou como positiva a mudança no comando da sigla no Estado. Ele comentou que Fagundes tinha muitas atribuições como senador e o PL precisa de alguém com mais disponibilidade para percorrer as cidades, principalmente durante tratativas eleitorais visando as eleições do ano que vem. Há uma preocupação

especial os pólos, como Rondonópolis e Sinop.

Além disso, o senador tem enfrentado rejeição do eleitorado bolsonarista em Mato Grosso. Um dos episódios foi quando ele foi vaiado durante todo seu tempo de fala em um evento do PL Mulher, que contou com a participação da ex-primeira-dama do país, Michele Bolsonaro, em Cuiabá.

“O PL é um partido grande e precisa se posicionar como tal. Com relação a ter trocado a

presidência da sigla, na verdade, o Ananias sempre foi o presidente de fato do diretório estadual, decisão interna e tem o meu apoio. O senador Wellington é um senador da República com inúmeras atribuições e cuidar do partido precisa de um pouco de dedicação”, disse em entrevista à imprensa na quinta-feira, 06 de julho.

“Ananias é parceiro. Ananias me ajudou inclusive na minha reeleição [de vereador]. É

companheiro e terá de mim o maior respeito”, acrescentou.

Chico tem enfrentado resistência dentro do partido para construir seu projeto político para 2024. Ele enfrenta uma disputa interna com o deputado federal Abílio Brunini, que já recebeu as bênçãos do presidente nacional da legenda, Valdemar da Costa Neto, para estar à frente da candidatura para prefeito de Cuiabá. Também pesa na escolha da sigla o fato

de que Abílio já disputou a Prefeitura em 2020, chegando ao segundo turno contra o atual prefeito, Emanuel Pinheiro (MDB).

No entanto, o presidente da Câmara espera reverter o cenário até as convenções do partido, no próximo ano.

“Eu me baseio no que está estabelecido e que rege as convenções partidárias. Convenções que se darão em junho de 2024. Até lá, muitas águas passarão por baixo dessa ponte”, frisou.

## DISPUTA INTERNA

# ‘Ida de Garcia à Casa Civil não ameaça Eduardo Botelho’

**Da redação**

O deputado estadual Júlio Campos acredita que a presença do deputado federal Fábio Garcia na Casa Civil do governo estadual não irá prejudicar o trabalho de convencimento do presidente da Assembleia Legislativa, deputado Eduardo Botelho, dentro do União Brasil para ser escolhido como candidato do partido para prefeito de Cuiabá na eleição do próximo ano.

Nesta semana, foi promovida uma dança das cadeiras dentro do União. O secretário-chefe da Casa Civil, Mauro Carvalho, foi para o Senado Federal para ocupar a cadeira do senador Wellington Fagundes (PL), que se licenciou do cargo para tratamento de saúde, durante 121 dias.

Em seu lugar, o governador Mauro Mendes (União) escolheu seu pupilo Fábio Garcia. Nos bastidores comenta-se que a ida de Garcia é dada como estratégia para ele trabalhar sua candidatura a prefeito

de Cuiabá. Atualmente, ele enfrenta uma disputa interna com Botelho.

Na Câmara, a primeira suplente do União, Gisela Simona, ficará no cargo até o retorno de Fábio.

“Eu acho que vai dar condição de [disputa] igualitária, porque Eduardo Botelho está aqui em Cuiabá com o presidente da Assembleia, que é uma máquina política muito grande. E o Fábio Garcia está lá em Brasília como deputado federal, e ele apenas comparece a alguns eventos aqui. Então, eu acho que enquanto isso não há preocupação. A candidatura de Botelho com o Fábio Garcia na Casa Civil ou sem Fábio Garcia vai continuar sendo trabalhada e fortificada dia a dia”, avaliou.

“Acho que está cumprindo um compromisso político assinado com a Gisela Simona, que ela iria assumir a Casa Civil. Aproveitou a oportunidade para melhorar a situação dele. O desempenho dele aqui na Casa Civil vai melhorar o desempenho dele nas pes-

quisas eleitorais, com certeza”, acrescentou.

**DISCUSSÕES SO-MENTE EM 2024** - Eduardo Botelho (União), anunciou no mês passado que vai dar uma pausa nas discussões sobre as eleições de 2024. Em entrevista à imprensa, ele disse que há um entendimento no União Brasil de que o assunto só deve ser tratado a partir do ano que vem.

Ele vive na sigla uma “guerra” interna com o deputado federal Fábio Garcia, que também pretende ser candidato a prefeito de Cuiabá. Essa situação tem provocado um racha no partido entre os que apostam no Botelho e outros que querem Fábio Garcia.

Botelho vem custando esse projeto desde o início do ano. Ele tem recebido convites de partidos, como MDB e PSD, para migrar aos seus quadros dando total liberdade para construir suas articulações. A legenda que está em processo de criação, o Mais Brasil, também tem interesse em ter o deputado.

## APROVADA NA CÂMARA

# “Reforma vai melhorar muito a vida”

**Gabriel Soares**

A reforma tributária aprovada pela Câmara dos Deputados abre caminho para uma redução de impostos e até de preços dos produtos no longo prazo. A avaliação foi feita pelo economista Vivaldo Lopes, da VLOpes Consultoria Econômica. Em entrevista ao Estadão Mato Grosso, Vivaldo explica que a reforma irá simplificar o sistema de impostos do Brasil, que hoje se tornou uma espécie de ‘manicômio tributário’, com várias alíquotas diferentes, além de uma infinidade de regras e exceções.

A proposta é aguardada há mais de três décadas e busca unificar os tributos que incidem sobre o consumo em apenas dois impostos sobre o valor agregado (IVAs). Da forma como foi desenhado, o IVA acaba com a tributação em cascata, ou seja, não haverá mais cobrança de imposto sobre imposto, uma prática que encarece os produtos e atrapalha a competitividade da economia brasileira.

“A expectativa que se tem da reforma, e eu partilho disso, é que ela vai simplificar a arrecadação de tributos fede-

rais e de tributos estaduais sobre o consumo. Essa simplificação, com uniformização de alíquotas nacionalmente, vai facilitar muito a vida dos empreendedores, vai melhorar muito a vida das empresas. E, vai seguir o que 180 países já seguem no mundo, que é um tributo não cumulativo, que é o IVA”, detalha Vivaldo, ressaltando que esse é um “modelo vencedor”, adotado pelas maiores economias do mundo.

Ajustes feitos durante a tramitação na Câmara Federal ajudaram a melhorar alguns aspectos da reforma tributária. Vivaldo afirma que não deve haver aumento da carga tributária, algo que era temido por uma parcela da sociedade.

“Todos os estudos que estão disponíveis de empresas, pessoas altamente especializadas, institutos como a Fundação Getúlio Vargas ou IPEA e outros, todos indicam que deve haver uma estabilização e até uma redução da carga tributária no médio prazo. Então, não há nenhuma possibilidade de aumentar a carga tributária sobre o consumo por conta dessa reforma tributária”, ressaltou.

Na avaliação de Vivaldo, a reforma tributária deve ter um efeito na economia comparável ao Plano Real, de 1994, que permitiu o controle da inflação e dos gastos públicos, dando mais estabilidade à economia brasileira. Antes do Plano Real, o Brasil convivia com os efeitos nefastos da hiperinflação e a dívida pública não parava de crescer.

Vivaldo destaca que a reforma tributária aprovada pela Câmara nasceu de uma iniciativa popular, resultado de uma união de esforços de economistas, empresários e profissionais liberais.

“A iniciativa toda veio da sociedade. Veio de economistas e profissionais liberais, e foi liderada pelo Parlamento. Portanto, não é um projeto do governo, é um projeto do País, financiado por pessoas da sociedade privada e confeccionada, idealizada e liderada pelo Bernardo Apy e um grupo de economistas e especialistas, economistas e advogados tributaristas”, enfatizou.

“É um modelo vencedor e adotado pelos países mais modernos do mundo. O Brasil está fazendo isso com 30 anos de atraso”, concluiu.

## ERRO NO EDITAL

Corte de Contas deu prazo de 15 dias para que o ICMBio corrija e republicue o edital; Governo de MT poderá disputar a nova licitação

## TCU anula concessão do Parque



## Da redação

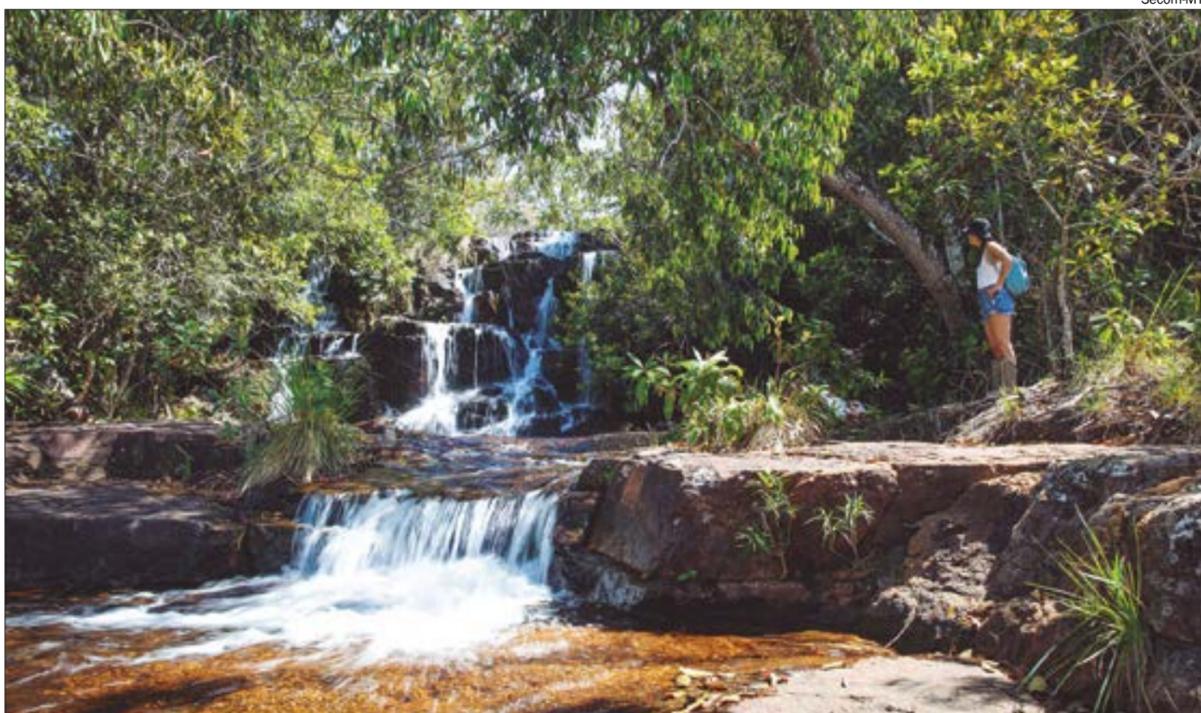
Por unanimidade, o Tribunal de Contas da União (TCU) determinou o cancelamento do edital do processo licitatório de concessão do Parque Nacional de Chapada dos Guimarães, que foi concedido para iniciativa privada. A decisão foi tomada durante sessão ordinária realizada pelo TCU na quarta-feira, 5 de julho. Os ministros da Corte acompanharam o voto do relator do processo, ministro Vital do Rêgo, que identificou erro no documento licitatório.

O Governo de Mato Grosso, através da MT Participações e Projetos (MT Par), apresentou uma representação alegando possíveis irregu-

laridades ocorridas na concorrência nº 1/2022, sob responsabilidade do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio), com valor estimado de R\$ 57.939.568,25.

A concorrência tinha por objeto a seleção de propostas mais vantajosas para concessão destinada à prestação de serviços públicos no Parque Nacional de Chapada dos Guimarães. A MT Par alegou que teria sido desclassificada indevidamente do certame, por não ter encaminhado a documentação prevista pelo edital referente ao seguro garantia da proposta dentro do prazo.

Ao proferir seu voto, o relator do processo alegou que o atraso na entrega da documentação não poderia ser tolerado, sob o risco de tumultuar o processo licitatório. No entanto, ele observou que um item do edital fugia do que estava previsto na Lei nº 8.666, que institui normas para licitações e contratos da Administração Pública, sobre o percentual previsto de seguro garantia,



Ministro aponta que exigência adicional do ICMBio pode ter atrapalhado o governo na licitação

o que pode ter levado o governo a ter dificuldades para obter o documento.

“A apresentação da apólice horas depois do encerramento da sessão não deve ser tolerada sob pena de tornar a licitação palco de desordem e subjetivismo

com grave afronta a isonomia e a moralidade. Chama atenção outra seríssima constatação identificada no edital referente ao percentual fixado para garantia de proposta, que possivelmente contribuiu para dificuldade de a representante ob-

ter o seguro dentro do prazo do edital. A regra editalícia constante no subitem 13.10 do edital reflete flagrante ilegalidade, pois estabeleceu o valor de 2,32 milhões de reais, correspondente a 4% do valor estimado do contrato, enquanto a Lei 8.666

fixou em seu artigo 31 inciso 3 o percentual de 1%, ou seja, seria 579 mil reais”, observou.

Vital deu o prazo de 15 dias para o ICMBio corrigir o erro e republicar o edital de concessão. O governo de Mato Grosso poderá participar dessa nova licitação.

## “NÃO É SÓ PAPEL”

## AL vai monitorar cumprimento de leis aprovadas

## Da redação

Os deputados estaduais têm reclamado da falta de cumprimento das leis que são aprovadas pela Assembleia Legislativa e sancionada pelo governador Mauro Mendes (União), alegando que elas não estão sendo colocadas em prática. Diante da cobrança, o presidente do Parlamento, Eduardo Botelho (União), decidiu criar um observatório para garantir o cumprimento das leis.

A estrutura deverá ser montada dentro da Comissão de Fiscalização e Acompanhamento da Execução Orçamentária (CFAEO), que já tem a prerrogativa de fiscalizar as ações do governo.

“Tem várias leis que foram aprovadas aqui e que não foram colocadas em prática. Então, nós vamos criar aqui, junto com a Comissão de Orçamento e Execução Orçamentária, uma estrutura para fazer esse acompanhamento de quais projetos que foram aprovados pela Casa que não estão sendo cumpridos, porque nós temos que cobrar, senão nós vamos ficar fazendo papel aqui de mandar lembranças para quem lei que não vale de nada. Então, nós temos que fazer cumprir as leis que são aprovadas pela Assembleia”, destacou.

Botelho comentou que um projeto de sua

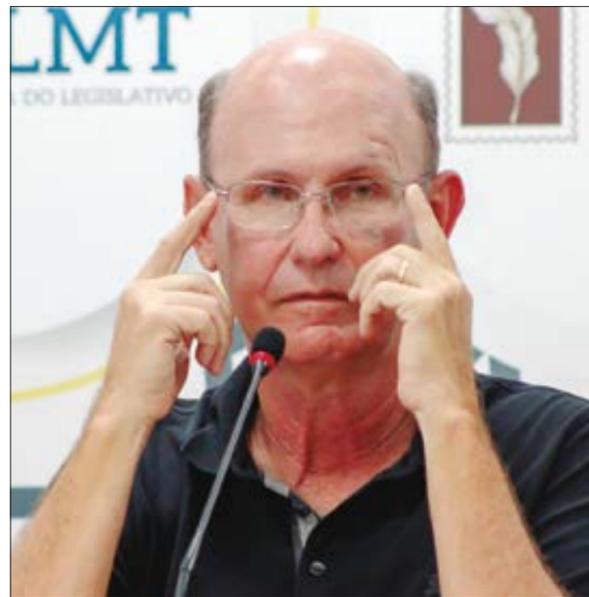
autoria, que disponibiliza cursos profissionalizantes para mulheres vítimas de violência doméstica, foi aprovado no ano passado, mas até hoje não foi colocado em prática pelo governo.

“Tem uma lei minha que foi aprovada e que até hoje nada se foi feito, que é uma lei muito importante, que é para criar curso, para fazer um trabalho com as mulheres vítimas de violência, e não se fez nada até agora. Mas, existem várias leis aqui e nós realmente precisamos acompanhar. Então, os deputados estão certos nessa cobrança, nós vamos criar, sim, uma estrutura aqui, para começar a acompanhar e

a cobrar o cumprimento das leis”, disse.

Quem deve assumir essa função é o presidente da Comissão de Acompanhamento Fiscal, deputado Carlos Avalone (P&SDB), que é da base do governo, mas vem reclamado ultimamente do assédio do União Brasil aos prefeitos tucanos, além de demandar mais espaço no governo.

“A ideia nossa é que isso fique na comissão de orçamento, que eles tenham uma estrutura para fazer esse acompanhamento e cobrança. Então, quem estiver na comissão, o presidente da comissão e os demais membros, eles vão fazer esse acompanhamento”, explicou Botelho.



Avallone deve ficar responsável pela fiscalização do cumprimento das leis aprovadas pela Assembleia

## TÁ FAVORÁVEL

## Emanuel diz estar tranquilo com julgamento no STJ



Emanuel frisa que nenhuma prova aponta para esquema de corrupção em sua gestão

## Da redação

O prefeito de Cuiabá, Emanuel Pinheiro (MDB), diz não estar preocupado com o julgamento do recurso no Superior Tribunal de Justiça (STJ), que decidirá sobre a possibilidade de afastá-lo do cargo novamente. A declaração foi feita à imprensa na manhã de segunda-feira, 3 de julho, durante entrega da nova frota de ônibus.

“Está sob controle, isso vem daquela ação de 2018, uma ação de muito tempo, onde os advogados estão cuidando, está dentro de um processo, está tramitando normalmente em Brasília e não há qualquer risco para Cuiabá ou para a continuidade do nosso mandato”, disse.

O emedebista ainda pontuou que nenhuma prova aponta para es-

quema de corrupção em sua gestão.

“Todas as situações ali expostas, nenhuma envolvendo malversação de recursos públicos, nenhuma envolvendo corrupção, nenhuma envolvendo sobrepreço, nenhuma envolvendo superfaturamento, nada, nada. Apenas uma suposição de uso da máquina pública para beneficiar politicamente esse ou aquele grupo político, quer dizer, então, todos vendo o excesso, o exagero que foi aquela decisão, mas continuamos trabalhando de cabeça erguida e até o último dia do nosso mandato. [...] A voz do povo é a voz de Deus e já demonstramos isso em 2020, sendo reeleito prefeito de Cuiabá”, destacou.

No dia 2 de agosto, o STJ julga um pedido de Suspensão de Liminar

e de Sentença, feito por Emanuel para reverter uma das decisões que determinaram seu afastamento por suposto envolvimento nas irregularidades investigadas pelo Ministério Público Estadual (MP-MT) na Operação Capistrum.

A ação foi deflagrada no dia 19 de outubro de 2021 pela Polícia Civil e pelo Ministério Público do Estado (MP-MT), por meio do Núcleo de Ações de Competência Originária (Naco). A operação teve como alvo a suposta contratação irregular de servidores temporários e pagamento de benefícios em troca de apoio político. Um dos mandados cumpridos à época foi o afastamento do prefeito de seu cargo, do qual permaneceu por 37 dias.

Foram alvos também da operação o então chefe de gabinete de Ema-

nuel, Antônio Monreal Neto; a então secretária-adjunta de Governo e Assuntos Estratégicos, Ivone de Souza; o ex-coordenador de Gestão de Pessoas da Secretaria de Saúde, Ricardo Aparecido Ribeiro; e a primeira-dama Márcia Pinheiro (PV).

**VIAGENS À BRASÍLIA** - Emanuel comentou que tem ido a Brasília nos últimos tempos para ter uma integração maior com o governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT), além de discutir o assunto com advogados do MDB.

“A minha maior parte do tempo que eu fico em Brasília, eu sei que isso mexe com a curiosidade da imprensa e das pessoas, principalmente da oposição, que é por causa de processo. O processo é uma outra vez”, disse.

**ZEROU O JOGO**

Após decisão do TCU, governador articula em Brasília para estadualizar o Parque de Chapada, mas já garante que disputará nova licitação

**“Vamos pegar o Parque para MT”****Da redação**

O governador Mauro Mendes (União) comemorou a decisão do Tribunal de Contas da União (TCU) que anulou o processo de concessão do Parque Nacional de Chapada dos Guimarães à iniciativa privada. Desde o ano passado, quando ocorreu o processo, Mauro tem feito uma peregrinação em Brasília, na tentativa de anular o resultado do leilão.

Em vídeo compartilhado nas redes sociais, o governador afirmou que a decisão do TCE ‘zerou o jogo’ e agora vê possibilidades

de o governo assumir o atrativo, para poder fomentar o turismo na região. Mauro ainda sinalizou que tentará uma articulação em Brasília para conseguir a estadualização do parque, sem precisar de nova licitação.

“Acabou de ser julgado aqui no TCU, que acolheu os nossos argumentos, anulou aquela famigerada licitação, então zerou o jogo, vai começar de novo. Vamos tentar fazer uma concessão direta para o Estado, mas, de qualquer forma, nós temos a oportunidade de pegar para o Estado de Mato Grosso esse parque, fazer importantes investimentos ali para compor uma estratégia que nós temos de investir no turismo da Baixada Cuiabana”, ressaltou.

Na quarta-feira, por unanimidade, o TCU acolheu o pedido do Estado de MT e mandou o ICMBio anular a licita-



Mauro afirma decisão do TCU “zerou o jogo” e dará oportunidade para Mato Grosso estadualizar o Parque de Chapada

ção e preparar um novo certame.

Mauro tenta anular o processo desde o governo de Jair Bolsonaro (PL). Com a mudança no governo federal, Mauro procurou o presidente

Lula (PT) e os ministros Alexandre Padilha (Relações Institucionais), Rui Costa (Casa Civil) e Marina Silva (Meio Ambiente), na tentativa de sensibilizá-los, mas não conseguiu.

O governador “bate na tecla” de os investimentos anunciados pela empresa vencedora do leilão “chegam a ser ridículos” quando comparados à proposta do Estado. A empresa

vencedora se propôs a investir R\$ 18 milhões em 30 anos, valor muito abaixo do que o governo propôs, de R\$ 200 milhões em quatro anos.

Além disso, o contrato de concessão previa que a empresa vencedora poderia cobrar até R\$ 100 por turista que quiser acessar os atrativos turísticos. O valor poderá ser cobrado até de crianças, a partir de 7 anos.

“Vamos continuar na luta aí para que nós possamos ter este parque sob o domínio de Mato Grosso, fazer os investimentos e ter orgulho da nossa Chapada, que nós já temos. Nós vamos ter muito mais investimentos, se Deus quiser, nos próximos anos e vai melhorar muito o acesso aí para o turista mato-grossense e também para o turista brasileiro e internacional que procura a nossa cidade, a nossa capital”, finalizou.

**MAIS DEBATES****2ª votação da LDO fica para depois do recesso****Da redação**

A conclusão da votação do projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias (PLDO) acontecerá após o recesso dos deputados estaduais, em agosto. Na sessão ordinária de quarta-feira, 5 de julho, os parlamentares aprovaram o texto em primeira votação. Segundo o presidente da Assembleia Legislativa, deputado Eduardo Botelho (União), a votação ocorreu após um consenso entre os deputados, que deixaram para alterar a peça orçamentária no próximo mês.

“Nós fizemos um combinado com os deputados que nós não vamos fazer nenhuma alteração nele agora, nessa primeira votação,

que todas as emendas e as alterações, elas serão para a segunda votação. Então, provavelmente não vai ter nenhuma mudança agora. Aí na segunda sim, vai ter com certeza, vai ter muitas alterações e muitas emendas”, disse Botelho, em entrevista à imprensa.

O recesso parlamentar na Assembleia começa na próxima segunda-feira, 10 de julho, e segue até o dia 31.

Botelho comentou que, após os deputados voltarem do recesso, irá elaborar um cronograma para que os parlamentares possam apresentar emendas e realizar audiências públicas para debater a peça com o governo e outros segmentos da sociedade.

“Nós fizemos um entendimento no Colégio de Líderes que nós votaríamos ela agora e depois, porque nós temos que fazer mais audiências públicas, temos que analisar as emendas dos deputados. Agora, no mês de agosto, eles vão ter esse tempo para analisar as emendas, para fazer as audiências públicas e depois a votação final. A gente espera que, até o final de agosto, eu vou fazer um calendário com os deputados para propor essa votação”, disse.

Botelho adiantou que pretende apresentar emendas que contemplem a agricultura familiar e a construção de casas populares, principalmente no interior do Estado.

**SOBRE A LDO** - A LDO estabelece as diretrizes fiscais e as prioridades e metas do governo para o próximo ano.

De acordo com o Executivo, para o próximo ano, está prevista uma receita de R\$ 34,468 bilhões, índice 11,8% maior do que o previsto na peça de 2023, que foi de R\$ 30,815 bilhões. Em relação à renúncia fiscal, o governo calcula que chegue ao valor de R\$ 11,822, considerando todos os segmentos e formas de desoneração de tributos e taxas.

A PLDO ainda prevê o pagamento da Revisão Geral Anual (RGA) dos servidores públicos. O percentual, que será pago em janeiro, será com base do Índice de Preços ao Consumidor Amplo de 2023, ou seja, 5,86%.



Botelho irá elaborar um cronograma para votação da PLDO e realização de audiências públicas em agosto

**APÓS O RECESSO****Conclusão do caso Edna pode ficar para agosto****Da redação**

A conclusão do processo ético contra a vereadora Edna Sampaio (PT) deve ficar para depois do fim do recesso parlamentar, em agosto. A informação é do presidente da Câmara de Cuiabá, vereador Chico 2000 (PL). Em entrevista à imprensa, Chico comentou que o recesso começará no dia 17 de julho e terminará no dia 31 do mesmo mês.

O presidente não soube explicar se a Comissão de Ética e Decoro Parlamentar já concluiu a fase de oitivas e concedeu o prazo de quatro sessões ordinárias para que os advogados de Edna apresentem sua defesa por escrito.

“Olha, a Comissão de Ética, acho que concluiu as oitivas. Não sei se abriu prazo para novos argumentos de defesa,

mas eu acredito que dificilmente aprecie esse relatório ainda no meio de julho”, destacou.

**PEDIDO DE AFASTAMENTO** - Sobre o pedido de afastamento de Edna da Comissão de Direitos das Mulheres, Chico 2000 explicou que a falta de quórum nas reuniões do Colégio de Líderes tem postergado a análise da medida.

A pauta vai ser incluída no próximo encontro de líderes partidários, que será realizado na segunda-feira, 10 de julho.

“Essa reunião está prevista para toda segunda-feira, momento esse em que se define a pauta da semana. Infelizmente, nesta segunda-feira não teve quórum. Nós montamos a pauta com as matérias que já tínhamos e que vêm de uma votação já, mas queremos crer que na próxima segunda

essa reunião do Colégio de Líderes acontecerá”, disse.

**A DENÚNCIA** - A vereadora é alvo de uma

denúncia de possível prática de rachadinha com verba indenizatória de chefe de gabinete. O caso foi apresentado

pelo site RD News, com prints de conversas em que a ex-chefe de gabinete Laura Abreu era cobrada para depositar o

valor em contas bancárias da petista.

O episódio fez com que seus colegas de parlamento apresentassem pedido de abertura de comissão processante na Comissão de Ética e Decoro Parlamentar da Câmara para apurar suposta quebra de decoro.

**DEFESA** - A vereadora se defendeu das acusações dizendo que está sendo vítima de violência política e de gênero, perpetrada por pessoas que tentam desgastá-la emocionalmente com acusações que não têm nenhum fundamento.

Edna explicou que seu mandato é coletivo e tem participação de co-vereadores, que são informados a cada trimestre sobre como estão sendo gastos os recursos das verbas indenizatórias, tanto as suas como as da chefe de gabinete.



Presidente da Câmara afirma que dificilmente o relatório da Comissão de Ética será apreciado antes do recesso parlamentar

## ALÍVIO NO CALORÃO

Nosso comprometimento é que, até o final de 2024, sejamos a única capital com 100% da frota composta por ônibus novos e com ar-condicionado

# População recebe mais 40 ônibus



## Da redação

Com ar-condicionado, Wi-Fi, elevadores, adaptações com elevadores para Pessoas com Deficiência - PCDs, e lugar para cão-guia e câmeras de segurança, os 42 novos ônibus que irão compor o transporte coletivo da capital foram entregues na segunda-feira, 3 de julho, pelo prefeito Emanuel Pinheiro (MDB). A cerimônia ocorreu na Praça Ulysses Guimarães, na Avenida do CPA, em frente ao Shopping Pantanal.

Com esses novos ônibus, Cuiabá atinge a marca de 201 veículos o km, sendo 192 ônibus e nove

vans do Projeto Buscar, além de 75% da frota com ar-condicionado.

"Iniciamos o mês com essa entrega para os usuários do transporte coletivo da capital. Com a promessa de entrega até o dia 31 de dezembro, não estamos só cumprindo [a promessa], mas adiantando e fazendo de Cuiabá uma das capitais com 75% da frota com ar-condicionado. Nosso comprometimento é que, até o final de 2024, sejamos a única capital com 100% da frota composta por ônibus novos e com ar-condicionado. É um avanço", disse o prefeito.

Além dos novos ônibus entregues nesta segunda, a Prefeitura entregou outros 144 veículos em 2021 e seis ônibus e nove vans em 2022. Outros 177 ônibus ainda serão entregues.

Os novos coletivos incluem câmeras de monitoramento (4 em cada veículo), sistema de bilhetagem, GPS, adaptações com elevadores para Pessoas com Deficiência



Os novos ônibus possuem câmeras, sistema de bilhetagem, GPS, adaptações com elevadores para PCDs, Wi-Fi e ar-condicionado

- PCDs, Wi-Fi e aparelhos de ar-condicionado. Os novos carros serão incorporados à frota atual. Hoje, circulam pela capital 369 coletivos, que atendem a um total de 210 mil usuários por dia.

As linhas de ônibus foram divididas em quatro lotes, arremata-

dos por quatro empresas distintas. São elas: Integração Transporte LTDA, Caribus Transportes e Serviços LTDA, Rápido Cuiabá Transporte Urbano LTDA e Viação Paraense LTDA.

**ADEQUAÇÕES PARA O BRT** - Alegando que o BRT (Ônibus de Trânsi-

to Rápido, em tradução livre) ainda não é uma realidade em Cuiabá, o prefeito Emanuel Pinheiro afirmou que vai continuar lutando pelo Veículo Leve sobre Trilhos (VLT) e que desde o novo certame, os novos veículos do transporte coletivo contemplam

aquilo que for melhor para a capital.

"O BRT ainda não é uma realidade. A maioria [dos ônibus] tem duas portas, contemplados através da licitação passada. Vamos continuar lutando pela transformação e humanização do transporte coletivo", disse.

A novela do VLT (Veículo Leve sobre Trilhos) se estende desde 2014, quando o modal deveria ter sido entregue para a Copa do Mundo. O projeto já consumiu mais de R\$ 1 bilhão dos cofres públicos e foi alvo de operações policiais. Em 2017, após indícios de irregularidades na contratação, o Estado rescindiu o contrato com o consórcio VLT Cuiabá/Várzea Grande.

Três anos depois, após uma série de estudos, o governo decidiu trocar o modal de transporte. Em abril do ano passado, o governo divulgou a empresa que venceu o certame para implantação do BRT, no valor de R\$ 468 milhões.

## ABANDONADO E DESTRUÍDO

# Reforma de Restaurante Popular não tem previsão para começar

## Da redação

A reforma do prédio do Restaurante Popular de Cuiabá ainda não tem previsão de começar. O local, que fica na Rua Barão de Melgaço, está fechado há três anos, privando os trabalhadores e estudantes da região central de desfrutarem de um almoço acessível.

Atualmente, o restaurante encontra-se abandonado e com utensílios de cozinha destruídos. Esse assunto foi tema de uma discussão entre vereadores da base e oposição do prefeito Emanuel Pinheiro (MDB), em maio deste ano. Após receberem reclamações dos trabalhadores, um grupo de parlamentares visitou o local e encontrou um ambiente completamente deteriorado, utilizado como abrigo por moradores de rua.

Na época, o vice-líder do governo municipal,

Luís Cláudio (PP), chegou a afirmar que a obra começaria em menos de uma semana, o que não ocorreu.

Em nota, a Secretaria Municipal de Assistência Social, Direitos Humanos e da Pessoa com Deficiência informou que a empresa responsável pela administração do Restaurante Popular, a EcoSapori, desistiu do contrato. Por isso, a prefeitura iniciou um novo processo licitatório, atualmente em andamento, para selecionar uma nova prestadora de serviços.

Conforme a secretaria, enquanto esse processo não for concluído, está prevista uma reforma completa no local, projeto que já recebeu a aprovação do prefeito Emanuel Pinheiro.

O restaurante foi fechado em 2020 durante a pandemia do coronavírus. No início da fase pandêmica, a prefeitura

chegou a distribuir marmitas, mas desde então permanece fechado sem previsão de reabertura.

**OUTRAS ALTERNATIVAS** - A Secretaria de Assistência Social informou que foram adotadas outras medidas com o fechamento do local, como a distribuição de 450 refeições em diferentes pontos da cidade para a população em situação de vulnerabilidade social.

Além disso, a prefeitura implementou o programa 'Cuiabá de Prato Cheio', que está em fase de credenciamento dos restaurantes para oferecer refeições por apenas R\$ 2 para o público inscrito no Cadastro Único para os programas sociais do Governo Federal (CadÚnico) e residente em Cuiabá.

"A execução dos serviços pelos estabelecimentos credenciados será de segunda a sábado, com horário para

distribuição das refeições das 11h às 14h, exceto em feriados. O limite será de 1.000 refeições diárias, tanto para consumo no local quanto

para viagem, sendo que o município terá vinte e um restaurantes, incluindo o Restaurante Popular, que passará por reforma, e outros

estabelecimentos que se credenciarem junto à Prefeitura de Cuiabá", diz trecho da nota enviada ao Estadão Mato Grosso.



O Restaurante Popular foi fechado em 2020 durante o período de pandemia do coronavírus

## COVID-19

# 1ª semana de julho já tem quase metade das mortes de junho



As vítimas tinham idades entre 51 anos e 94 anos

## Da redação

Mato Grosso registrou 11 mortes por covid-19 em junho e no início de julho juntos, os dados são do Painel Epidemiológico da Secretaria de estado de Saúde (SES), de quarta-feira, 5.

Apesar de a primeira semana de julho ainda sequer ter acabado, o mês já apresentou quase a metade dos casos de junho. As vítimas tinham idades entre 51 anos e 94 anos.

Até o momento o painel aponta 15.407 óbitos em todo o estado e 890.332 casos de contágio registrados.

Neste momento há três pessoas internadas

em leitos pactuados do Sistema Único de Saúde (SUS) para adultos no Metropolitano Hospital Estadual Lousite Ferreira da Silva, em Várzea Grande. A taxa de ocupação é de 30%.

**CASOS POSITIVOS** - Quanto às notificações de novos casos positivos, Mato Grosso registrou, nas últimas duas semanas, 280 casos positivos. A incidência de casos é de 8,04% a cada 100 mil habitantes.

Dos 141 municípios, apenas um está classificado como risco alto: Castanheira, que registrou 16 novos casos em 14 dias. A cidade já contabiliza 31 mortes

desde o início da pandemia, em março de 2020, até esta quinta-feira, 6 de julho. A cobertura vacinal atingiu 49%.

Outros 14 municípios estão classificados como risco moderado, enquanto 38 apresentam risco baixo. Neste último grupo, estão incluídos Cuiabá, que teve 9 casos durante o período, e Várzea Grande, com 3 novos casos positivos.

A boa notícia é que 88 cidades não registraram nenhum caso de covid-19. Entre elas, destacam-se Chapada dos Guimarães, Dom Aquino, Juína, Pontes e Lacerda, Rondonópolis e Alta Floresta.

## DE ÚLTIMA HORA

Após forte pressão, FPA consegue desoneração da cesta básica e aumenta piso do 'Simples do Agro'; relator inclui trava para aumento de impostos

## Agro conquista vitórias na reforma

Bruno Spada/Câmara dos Deputados



Gabriel Soares

O agronegócio conseguiu grandes vitórias nos últimos debates sobre a reforma tributária na quinta-feira, 6 de julho, emplacando mudanças que buscam aliviar os impactos da nova legislação tributária sobre o setor. A Frente Parlamentar do Agronegócio (FPA) conseguiu fechar acordo com o relator, Aguinaldo Ribeiro (PP-PB), para elevar o piso do 'Simples do Agro' para R\$ 3,6 milhões, além de desonerar a cesta básica e criar um regime especial para as cooperativas.

Uma mudança sugerida pelo governador

Mauro Mendes (União) também foi acatada pelo relator, criando uma espécie de trava para evitar aumentos de impostos no curto e médio prazo, em meio à mudança no sistema de impostos do País. Foi acrescentado ao artigo 129 da reforma, que trata da revisão anual das alíquotas, a expressão "visando à manutenção da carga tributária".

Essa mudança era cobrada por governadores e segmentos da sociedade civil, que temiam brechas na reforma tributária para um aumento de impostos no curto prazo.

"O custo do Estado brasileiro não está diminuindo e toda hora o Congresso tem uma despesa a mais. Deveríamos estar discutindo, junto com a reforma tributária, a reforma administrativa, porque, na prática, vai aumentar o custo do Estado e quem vai pagar a conta é o cidadão. Se não estamos, nesse momento, debatendo como reduzir e tornar o Estado eficiente, pode ter certeza que no médio pra-



Após forte pressão, Frente Parlamentar do Agronegócio conseguiu emplacar série de mudanças na reforma tributária

zo vamos estar pagando mais impostos", disse Mauro, em entrevista ao site Metrôpoles, na quarta-feira, 5.

**VITÓRIAS DO AGRO** - Após intensas negociações, o relator da reforma cedeu à Frente Parlamentar do Agronegócio (FPA) e concordou em ampliar o piso do 'Simples do Agro' dos atuais R\$ 2 milhões para R\$ 3,6 milhões. Esse valor é uma espécie de 'linha de corte' para que os produtores se enquadrem em um regime

especial de tributação por meio de crédito presumido. Como espelha o Simples do comércio, ele recebe esse nome.

Além disso, o benefício valerá para as pessoas jurídicas. O texto inicial do relator previa que apenas produtores físicos poderiam aproveitar o regime diferenciado de tributação.

Outro pedido da FPA, para zerar os impostos sobre a cesta básica, também foi atendido. O relator incluiu na PEC a previsão de criar uma

cesta básica nacional, cujos itens serão definidos por meio de uma lei complementar. Esses produtos devem ter a alíquota zerada.

A FPA também conseguiu incluir na reforma um regime especial de tributação para a relação entre produtores rurais e cooperativas. Além disso, foi criado um dispositivo para permitir que as cooperativas utilizem o crédito tributário das transações dos cooperados, mesmo aqueles que estão em regime especial de tri-

butação. Ou seja, os créditos gerados na compra de insumos, por exemplo, poderão ser repassados para a cooperativa.

Com essas concessões, o governo espera conseguir desarmar a resistência que estava sendo formada pela Frente Parlamentar do Agronegócio. A FPA é a mais organizada das frentes parlamentares do Congresso Nacional, com 300 membros, e pode ser um fator decisivo para aprovação da reforma tributária.

## MELHORA NA CONJUNTURA

## Ipea projeta maior crescimento e menor inflação

Mariana Tokarnia/ABR

O Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), diante dos avanços observados na economia brasileira nos três primeiros meses do ano, reviu as previsões econômicas e espera que o Brasil cresça mais e que a inflação seja menor do que o esperado anteriormente para 2023. As novas previsões e as análises do instituto foram divulgadas na quarta-feira (5), na Visão Geral da Conjuntura.

A nova previsão do instituto é que o Produto Interno Bruto (soma de todos os bens e serviços finais produzidos no país - PIB) cresça 2,2% em 2023. A antiga previsão, até março, era de um crescimento de 1,4%. Já a inflação deve ser menor. A previsão da Diretoria de Estudos e Políticas Macroeconômicas (Dimac) para o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) passou de 5,6% para 5,1% em 2023.

De acordo com o relatório, a revisão da pre-

visão do PIB em 2023 ocorreu após o crescimento dos primeiros três meses do ano ter superado as expectativas do Ipea. A previsão do instituto para o período era um crescimento de 1,2% em relação ao período anterior, ou seja, em relação aos últimos três meses de 2022, e que avançasse 2,7% em comparação com os primeiros três meses de 2022. O crescimento, no entanto, foi maior, 1,9% em relação ao trimestre anterior e 4% em rela-

ção ao mesmo período de 2022.

A inflação menor que a esperada, por sua vez, ocorre também devido à valorização do real brasileiro, que junto com a deflação das cotações das commodities resulta em força que pressiona para baixo os preços no atacado, induzindo a um cenário de desinflação no varejo e nos preços ao consumidor. Para o restante do ano, portanto, a perspectiva é, segundo a análise divulgada, de estabilidade.

No documento, os pesquisadores detalham alguns fatores que contribuem com o cenário projetado. Dentre eles, o aumento da demanda

por commodities brasileiras, motivada, entre outros fatores, pela reabertura econômica da China. Este ano, o Brasil registrou recordes de superávit mensal na balança comercial para o mês, puxados pelo aumento das exportações de commodities como petróleo, minério de ferro, milho e soja.

Dentro do país, o Ipea aponta duas forças distintas em direções opostas. De um lado, a manutenção por período prolongado de taxas de juros elevadas por parte da autoridade monetária, alcançando o valor médio anualizado de 45% no mercado de crédito, o que pressiona

para baixo o crescimento. De outro, impulsionam o crescimento, as medidas fiscais que permitem a sustentação da renda das famílias, assim como a elevação da demanda pública, tanto do consumo do governo como dos investimentos públicos.

O Ipea destaca ainda que novas medidas continuam atuando no sentido de sustentar a renda das famílias no segundo trimestre do ano como um novo aumento do salário mínimo, reajuste dos salários dos funcionários públicos federais, antecipações do abono salarial e os ajustes do valor do Bolsa Família.

## SEM ADICIONAL

## Energia elétrica continua com bandeira verde em julho

Wellton Máximo/ABR

O consumidor de energia elétrica não pagará cobrança extra na conta de luz em julho. A Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) manteve a bandeira verde para o próximo mês para todos os consumidores conectados ao Sistema Interligado Nacional (SIN).

A conta de luz está sem essas taxas desde o fim da bandeira de escassez hídrica, que durou de setembro de 2021 até meados de abril de 2022. Segundo a Aneel, na ocasião, a bandeira verde foi escolhida devido às condições favoráveis de geração de energia, com os reservatórios das usinas hidrelétricas em níveis satisfatórios. O nível de armazenamento dos reservatórios, informou a agência reguladora, atingiu 87% em média no início do período seco, o que explica o cenário favorável do momento.

Caso houvesse a substituição das outras bandeiras, a conta de luz refletiria o reajuste de até 64% das bandeiras tarifárias aprovado em junho de 2022 pela Aneel. Segundo a agência, os aumentos refletiram a inflação e o maior custo das usinas termelétricas neste ano, decorrente do encarecimento do petróleo e do gás natural nos últimos meses.

**BANDEIRAS TARIFÁRIAS** - Criadas em 2015 pela Aneel, as bandeiras tarifárias refletem os custos variáveis da geração de energia elétrica. Divididas em níveis, as bandeiras indicam quanto está custando para o SIN gerar a energia usada nas casas, em estabelecimentos comerciais e nas indústrias.

Quando a conta de luz é calculada pela bandeira verde, não há nenhum acréscimo. Quando são aplicadas as bandeiras vermelha ou amarela, a

conta sofre acréscimos, que variam de R\$ 2,989 (bandeira amarela) a R\$ 9,795 (bandeira vermelha patamar 2) a cada 100 quilowatts-hora (kWh) consumidos. Quando a bandeira de escassez hídrica vigorou de setembro de 2021 a 15 de abril de 2022, o consumidor pagava R\$ 14,20 extras a cada 100 kWh.

O Sistema Interligado Nacional é dividido em quatro subsistemas, o Sudeste/Centro-Oeste; o Sul; o Nordeste e o Norte. Praticamente todo o país é coberto pelo SIN. A exceção são algumas partes de estados da Região Norte e de Mato Grosso, além de todo o estado de Roraima.

Atualmente, há 212 localidades isoladas do SIN, nas quais o consumo é baixo e representa menos de 1% da carga total do país. A demanda por energia nessas regiões é suprida, principalmente, por térmicas a óleo diesel.

**CASA DOS VIDROS**  
www.casadosvidrosmt.com.br

Estamos no mercado desde 1991 atuando no ramo vidreiro. Nossa maior prioridade é a satisfação de nossos clientes, buscando cada vez mais a excelência em nossos produtos e qualificando nossos profissionais.

**Esquadrias de ALUMÍNIO**

**Vidraçaria & Serralheria**

**LINHAS:**

- ⊙ Suprema
- ⊙ Gold
- ⊙ 30 Infinite
- ⊙ 42 Reforçada

**CORES:**

- ⊙ Bronze
- ⊙ Branca
- ⊙ Prata Fosca
- ⊙ Amadeirado
- ⊙ Preto

**SERRALHERIA COMPLETA**  
Máquinas de última geração

Todos os nossos produtos são fabricados com equipamentos de última geração e com a mais alta tecnologia. A utilização de matéria prima da melhor qualidade garante a durabilidade dos nossos produtos.

**NOSSOS PRODUTOS**

- ⊙ Envidraçamento de Sacadas
- ⊙ Box para Banheiro
- ⊙ Espelhos
- ⊙ Coberturas de Vidro
- ⊙ Guarda-Corpo de Vidro
- ⊙ Esquadrias de Alumínio
- ⊙ E muito mais...

Fale Conosco  
**(65) 3642-3344**  
Ligue agora!

Av. Gonçalo Antunes de Barros, 285  
Bosque da Saúde, Cuiabá - MT, 78050-175  
www.casadosvidrosmt.com.br

# É trabalho sem parar. De quem ama Cuiabá.

A prefeitura da humanização está mexendo o doce em todas as áreas e em toda Cuiabá.



## A maior obra estruturante saiu do papel.



Conclusão da duplicação da Av. dos Trabalhadores, uma obra destravada nessa gestão;



Avanço da maior obra estruturante da história de Cuiabá, a Av. Contorno Leste. A primeira etapa já foi concluída.

## Demos aula de responsabilidade com a Educação.



Construção de novos CEICs, verdadeiras creches em tempo integral;



Reforma e construção de novas escolas;



Criação do uniforme e kit escolar, um modelo que serviu de exemplo para todo o Estado;

Valorização dos servidores com capacitação, RGA integral com ganho real, sem perda de salário.